

Política

CRISE

ULYSSES TENTA ADIAR O RACHA

A debandada já começou. Mas ele, tranqüilo, espera pacificar o PMDB até a convenção de junho, longe do clima emocional do momento.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, considerou prematura a decisão de oito constituintes mineiros de deixar o PMDB, numa decisão que, segundo entende, deve ser tomada somente após ouvir o pensamento das bases e da avaliação interna do próprio partido, o que ocorrerá na convenção do PMDB, depois de promulgada a Constituição. Tranqüilo, o presidente da Constituinte acha que poderá manter unidade partidária, a partir de conversas com os parlamentares "rebelados". Os comentários foram feitos ontem pela manhã, no rápido percurso entre sua residência e o prédio da Câmara, quando ofereceu uma carona à repórter do JT.

"Cada coisa a seu tempo", ponderou Ulysses Guimarães, ao explicar que considera normal as divergências de opiniões dentro do partido, embora através de entendimentos as crises sempre tenham sido superadas. A saída dos constituintes mineiros, entretanto, preocupa o presidente da Constituinte: "São companheiros que há muito militam no partido, deixando-me profundamente entristecido as circunstâncias que os levaram a deixar o PMDB".

Mostrando-se especialmente entristecido pela saída do deputado Pimenta da Veiga, Ulysses contou ter pedido a ele e aos companheiros que permanecessem no partido: "Apelei para que continuassem, mas não posso impedir o direito de saírem".

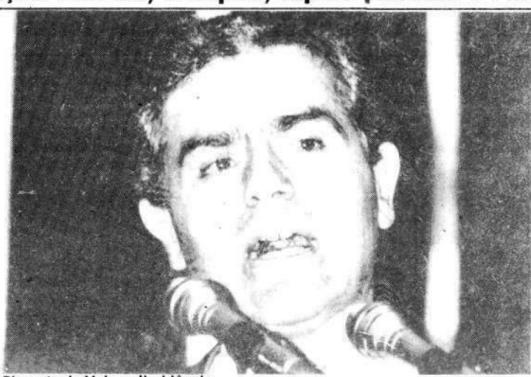
De qualquer forma, Ulysses não considera que esteja abalada a unidade partidária e nem ao menos espera grandes debandadas no partido. afirmou que não existe uma estratégia para manter os parlamentares ligados à legenda pelo menos até a convenção, mas que pretende passar agora, à fase do convencimento, fazendo com que os constituintes aguardem a oportunidade de reavaliar a atuação do PMDB.

Neste final de semana, quando permanece em São Paulo, Ulysses conversa com o governador Orestes Quéricia, mas reservará um tempo especial para discutir com o senador Fernando Henrique Cardoso, que ameaçou sair para formação de outra legenda. O que interessa ao presidente da Constituinte é que o partido continue na sua trajetória.

Ulysses refutou as informações de que a possibilidade de um golpe tenha sido fator decisivo na votação do sistema de governo e do mandato dos futuros presidentes. Anteriormente à análise das matérias pelo plenário, ele manteve contatos frequentes com a área militar sem que o tema fosse ventilado. "Nas minhas conversas nunca se falou em intervenção", afirmou.

Ele revelou que sua preocupação, agora, é dar andamento aos trabalhos da Constituinte, de forma que em um mês e meio seja finalmente promulgada a nova Carta. Para isso deverá marcar uma reunião com as lideranças partidárias para discutir um cronograma de atividades, quando vai sugerir a realização de sessões pela manhã e nos finais de semana. "Podemos prolongar as sessões até as 23 horas, se necessário, imprimindo um ritmo que facilitará o andamento dos trabalhos", disse ele, demonstrando que mesmo aos 81 anos consegue ser mais ágil e disposto ao trabalho do que diversos constituintes. Para o presidente da Constituinte, melhor seria trabalhar até mesmo durante o feriado da Semana Santa, mas sabe que uma decisão como essa iria ser contrariada pela maioria absoluta dos 559 constituintes, ou mesmo daqueles que frequentam efetivamente o plenário.

Os assuntos políticos, porém, não são as únicas preocupações do presidente da Constituinte. No trajeto entre a Câmara e



Pimenta da Veiga: dissidência.



Ulysses Guimarães: esperanças.

Pimenta da Veiga sai. E leva mais 7.

"O sonho acabou", declarou ontem da tribuna da Constituinte o ex-líder do PMDB na Câmara, deputado Pimenta da Veiga (MG), ao anunciar sua saída do partido juntamente com seis outros constituintes mineiros, dando início ao racha do partido em função da aprovação do regime presidencialista e dos cinco anos de mandato para os presidentes da República. Ao mesmo tempo, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, anunciava a elaboração de um manifesto parlamentarista "denunciando o processo de extração do voto na Assembleia Nacional Constituinte em favor do presidencialismo", a ser lançado na próxima semana.

O manifesto terá caráter suprapartidário e, como o próprio Fernando Henrique admitiu, o grupo signatário poderá ser o embrião de um novo partido, social-democrata, ao qual Pimenta da Veiga anunciou antecipadamente sua adesão.

Pimenta saiu acompanhado dos também mineiros Carlos Cotta, Carlos Mosconi, Célio de Castro, Mauro Campos, Octávio Elisio, Roberto Brandt e Ziza Valadares. Mas o presidente do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães, já avisou que vai se empenhar pessoalmente para evitar uma debandada geral dos dissidentes, por estar convencido da necessidade de lutar pela unidade, mesmo que precária, até a

convenção do dia 5 de junho, quando, então, ele considera não ser mais possível evitar que se definam as diversas facções divergentes que compõem o partido. A idéia, compartilhada pelo governador da Bahia, Waldir Pires, e pelo líder na Constituinte, Mário Covas, é fazer com que o PMDB discuta seus problemas internos distanciado do clima emocional do momento.

Se depender do grupo interpartidário que Fernando Henrique pretende formar, segundo ele com mais de 200 constituintes, a luta pelos quatro anos para Sarney será mais acirrada do que nunca. Tanto esse assunto como a elaboração do manifesto parlamentarista e a formação do novo partido social-democrata foram exaustivamente discutidos ontem durante reunião de Fernando Henrique com os deputados Saulo Queiroz e Jaime Santana (ambos do PFL). Para facilitar a criação do novo partido, os três parlamentares decidiram apoiar a emenda ao projeto de Constituição que permite a criação de novos partidos, desde que integrados por um mínimo de 30 deputados.

Pimenta da Veiga afirmou que discorda "da postura e dos métodos do partido" já na última campanha eleitoral. Lamentou não ter sido ouvido, afirmando que o PMDB "continuou seguindo a mesma rota de desrespeito aos compromissos assumidos em

praça pública e permitindo que em seu nome fossem cometidos atos absolutamente distanciado dos padrões éticos e morais que sempre defendeu".

Segundo ele, a gota d'água foi a votação do sistema de governo, em que o partido perdeu a oportunidade de atender ao "nítido anseio popular" pela realização de eleições diretas este ano e de aprovar um sistema misto de governo — o parlamentarismo.

O início do racha do PMDB, no entanto, não se limitou a Pimenta e seu grupo. Em Belo Horizonte, os deputados estaduais Ademir Lucas e Jairo Magalhães fizeram o mesmo, seguidos dos prefeitos de Poços de Caldas, Itaúna, Andradás, Formiga e Divinópolis. E, nos próximos dias, será a vez de Hélio Costa, Sívio Abreu e Aécio Neves.

O senador Gérson Camata (PMDB-ES) e sua mulher, deputada Rita Camata, também devem sair na próxima semana, mas por incompatibilidade com o governador Max Mauro. Os deputados João Cunha (PMDB-SP) e Erwin Bonkoski (PMDB-PR) seguirão o mesmo caminho, mas para disputar as eleições municipais. Porém, o senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) e os deputados Vicente Bogo e Hermes Zanetti (PMDB-RS) devem sair pelo mesmo motivo alegado por Pimenta da Veiga: desencanto com o partido.

No rádio, o futuro político do País.

O presidente Sarney faz hoje um pronunciamento totalmente político em seu programa semanal "Conversa ao pé do rádio", contendo declarações consideradas fortes, por autoridades do Palácio do Planalto, sobre o futuro político do País. Sarney falará sobre a consolidação de sua base de sustentação parlamentar, que se firmou na Constituinte, depois da votação de terça-feira passada, destacando a grande presença de constituintes na votação do futuro sistema de governo do País e duração do mandato dos presidentes da República. E deixará claro que assumirá a responsabilidade de ter esta base de sustentação.

O presidente se limitará a uma fala política, não tratando, de forma alguma, sobre as medidas econômicas que estão sendo examinadas pelos ministros da área econômica. Sarney fará uma análise do que aconteceu na votação de terça-feira, com uma recapitulação otimista daquele dia. Hoje, além do programa que será transmitido, como acontece todas as sextas-feiras, através de cadeia de rádio, o Palácio do Planalto poderá inaugurar um novo esquema de divulgação de seu programa, distribuindo também para as emissoras de TV trechos de sua fala. A decisão sobre a distribuição das imagens para as emissoras de televisão ficou para hoje.

Uma única certeza era de que o Palácio do Planalto não pretendia, esta semana, como acontece com a gravação para o rádio, também requisitar uma cadeia de televisão. Mas é uma idéia que ficou no ar, para ser examinada no futuro. Desse modo, foi negada a informação transmitida na manhã de ontem pelo deputado Paulo Zarzur (PMDB-SP) segundo a qual o presidente faria hoje um pronunciamento à Nação.

A idéia, segundo Antônio Carlos Drummond — chefe de Comunicação Social, responsável pela sugestão ao presidente da República, de usar hoje a rede de TV —, é de tentar, a exemplo do que já se faz com a

gravação do programa de rádio, que é distribuída para os jornais, também distribuir imagens do presidente, lendo o texto da "Conversa ao pé do rádio", para as emissoras de televisão.

Drummond disse ontem que não saberia antecipar se hoje já poderia distribuir imagens, argumentando que ontem foi gravado apenas um piloto, e ele não poderia garantir a sua qualidade. Desse modo, preferiu considerar a gravação de ontem como uma documentação que serviria para o arquivo do presidente. Assistiram às gravações os assessores de Sarney, Antônio Carlos Drummond, Luís Gutemberg, Joaquim Campelo, e o ministro Ronaldo Costa Couto, chefe do Gabinete Civil. As imagens foram gravadas por Evbri Gralha, um cinegrafista contratado pelo Palácio do Planalto para documentar o governo Sarney. Ao contrário do normal, quando o programa demora de 10 a 14 minutos, a "Conversa ao pé do rádio" de hoje será bem mais curta, com apenas oito minutos.

►► sua residência, aliviado, Ulysses Guimarães informou que sua esposa, dona Mora, encontrava-se bem no Hospital Sirio-Libanês, em São Paulo, depois de ser submetida a uma cirurgia para correção da fratura no fêmur. "Ela está muito bem, embora saibamos que a recuperação será lenta, com a necessidade do uso de cadeira de rodas e muletas, assim como no caso do deputado Roberto Cardoso Alves", comentou. No fim do percurso, um rápido aperto de mão e a justificativa: "Até logo, porque tenho que coordenar uma reunião de especialistas no meu gabinete". **Sônia Silva**

Quéricia: golpe é coisa de civil.

O governador Orestes Quéricia não acredita que os constituintes votaram a favor do presidencialismo por temerem um golpe militar. Em entrevista ao Palácio dos Bandeirantes, Quéricia disse que esse regime de governo foi aprovado porque os parlamentares se basearam "na convicção da maioria e na sensibilidade de que o povo brasileiro tem a tendência em favor do presidencialismo". Ele explicou, no entanto, que ouviu comentários a respeito de golpe, mas acrescentou: "São idéias que vez ou outra surgem. Mas não são idéias que surgem da cabeça dos militares, e sim da cabeça dos civis interessados na volta dos militares".

Perguntado se os militares não poderiam ter essa reação, caso fosse aprovado o parlamentarismo, Quéricia respondeu que "no Brasil, em geral, essas intervenções ocorreram sem uma vontade política dos militares. E, por conversar muito com eles, acredito e sinto que eles têm muita vontade de que o País vá para a frente. Em suma, estou me estendendo nesse assunto (golpe) mas não há nenhum risco nem problema", garantiu.

Sobre as notícias de que o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, teria tido informações de um possível golpe militar e estaria disposto a solicitar às polícias militares que garantissem a soberania da Assembleia, Quéricia garantiu: "Não houve risco de intervenção militar. Isso não tem cabimento".

Já o governador mineiro Newton Cardoso reuniu seu secretariado ontem para proclamar-se o grande vencedor com a aprovação do presidencialismo com cinco anos de mandato. Segundo um dos participantes do encontro, Cardoso garantiu que "agora Minas tem mais força no Planalto" e "não faltarão recursos para os projetos mineiros". O secretário do Interior e Justiça de Minas disse que o governador aconselhou sua equipe a "ir mais a Brasília, bater nas portas onde há dinheiro, pois o presidente Sarney não vai nos faltar".

Ao contrário de Newton Cardoso, o governador do Rio Grande do Norte, Geraldo Melo, preferiu sustentar que o presidente Sarney não conseguiu votos em troca de favores aos governadores e constituintes: "Essa colocação é irresponsável, porque não há ninguém que seja capaz de apontar uma única coisa que tenha sido feita pelo presidente nesse particular". O governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira, ainda está comemorando a decisão da Constituinte favorável ao governo, "que acertou a linha".

Os parlamentaristas atacam: mais um impasse.

E a Constituinte sofreu ontem uma nova paralisação. Os presidencialistas preferiram obstruir a votação que aprovaria a moção de censura para ministros de Estado, o que acabou inviabilizando a apreciação do destaque do deputado Eduardo Bonfim (PCdoB-AL), que pretende reduzir o quórum de dois terços para maioria absoluta nas deliberações da Câmara sobre tal medida, que está prevista na emenda presidencialista de Humberto Lucena.

Os parlamentaristas estavam irritados com a insistência de Bonfim de levar seu destaque à votação, convencidos de que os parlamentaristas querem quórum mais baixo para a censura "para atingir, futuramente, ministros militares". "Os parlamentaristas querem usar minha emenda para implodir o presidencialismo", alertou Manoel Moreira, já disposto a retirar sua emenda. No Planalto, a proposta de Moreira foi considerada "prejudicada, impertinente e superada".

Para evitar o destaque de Bonfim, portanto, os presidencialistas preferiram não votar a emenda Moreira. O líder do PMDB, Mário Covas, estranhou a posição dos presidencialistas — e lembrou alguns parágrafos do folheto elaborado junto com a emenda de Lucena. Logo na apresentação consta que "aprovada a proposta, serão submetidas ao plenário as emendas pelo constituinte Manoel Moreira, que visam incluir: o



Reis com Ulysses: "à mercê da sorte".

primeiro-ministro como auxiliar do presidente, nomeado e demissível ad nutum, e coordenador das ações administrativas, para dialogar com o Congresso sobre a política global do governo, e a aprovação pelo presidente do programa de governo ao Congresso". O mesmo folheto ainda diz: "Nas votações subsequentes poderão ser votados, separadamente, pelo plenário, outras emendas que venham a aperfeiçoar o sistema presidencialista".

Agora, os presidencialistas não mais aceitam a figura do ministro-coordenador — e isso vem provocando ainda mais atrito com os parlamentaristas. "Esta Constituinte pariu um monstro", atacou ontem o deputado Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), referindo-se à emenda presidencialista.



Lucena: contra as "críticas grosseiras".

Humberto Lucena não gostou: lamentou as "críticas grosseiras" que vinha sofrendo e sugeriu um aprimoramento da redação de sua emenda, "desde que o presidencialismo não seja descaracterizado".

Se depender da maioria presidencialista, não haverá acordo. Para Milton Reis (PMDB-MG), o destaque de Eduardo Bonfim só será apreciado quando se alcançar um mínimo de 450 constituintes para que ele possa ser derrubado sem riscos. "Se a regra da maioria absoluta for permitida, os ministros estarão à mercê da sorte", ponderou. "E, depois, no regime presidencialista, os ministros são do presidente, não da Câmara".

Eduardo Bonfim promete se manter firme até o final: "Não fomos nós que criamos

o monstro", justificou, referindo-se à emenda Lucena. "Nosso objetivo é fortalecer o Congresso. Se eles não quiserem votar a emenda, que arquem com as consequências."

Debandada

Apesar da presença de 334 parlamentares à sessão, os presidencialistas não quiseram arriscar, e começaram a abandonar o plenário. O líder do PFL, deputado José Lourenço, foi o primeiro a anunciar a debandada de sua bancada, recurso utilizado também pelo PDS, PTB e PL. O líder do PMDB, Mário Covas, disse que sua bancada votaria, embora deixando a questão em aberto. PDT e PCB anunciaram que votariam sim e o PSB e PC do B optam pelo não.

Os presidencialistas vêem no destaque de Bonfim o impedimento para o prosseguimento das votações. Quanto à emenda Manoel Moreira, ficou acertado que poderá ser objeto de fusão. Moreira lembrou ontem que ela foi acatada por uma parte dos parlamentaristas para ser negociada com os presidencialistas. Como os presidencialistas venceram, na última terça-feira, ele mudou de idéia: criar a figura do primeiro-ministro, diz, "seria irrealismo". Por enquanto, Moreira pretende manter sua emenda, que acredita ser uma arma contra a emenda Bonfim. E Lucena quer negociar. "Vamos controlar as paixões desvairadas que não levam a nada", recomendou.

Quórum, só no aeroporto.

A Assembleia Nacional Constituinte espera realizar sessões na segunda, terça e quarta-feira da Semana Santa, segundo anunciou ontem o seu presidente, Ulysses Guimarães, acrescentando que vai enviar telegramas a todos os constituintes, encarecendo o comparecimento aos trabalhos de todos eles.

A informação foi prestada ao plenário em resposta a uma indagação do líder Mário Covas, do PMDB que queria saber se hoje seria realizada sessão da Constituinte. A sessão de hoje, como explicou Ulysses, será matutina, para uma nova tentativa de votação de destaque sobre a questão do voto de dois terços para a moção individual de censura a ministros de Estado.

Ulysses Guimarães lamentou o reduzido quórum de ontem e anteontem, lembrando que ele, pessoalmente, tem comparecido diariamente às 14h30 ao plenário sendo obrigado a aguardar uma ou duas horas até que se forme o número regimental para votações.

Além de confirmar a realização de sessões nos três primeiros dias da próxima semana, Ulysses acrescentou que, na terça-feira, vai se reunir com os líderes partidários, para um entendimento que possibilite o encerramento, o mais rapidamente possível, da parte do texto constitucional referente ao Poder Executivo.

A revoadada começou ontem, desta vez

para uma ausência prolongada, pois a Semana Santa vem aí e parlamentar não é de ferro, ainda mais quando tem a passagem aérea paga pelo dinheiro público e privilégios para reservar vagas nos aviões, mesmo em período de feriados. Depois do recorde das 559 presenças na última terça-feira, a Constituinte começou a debandar. A questão da maioria para aprovar moção de censura a ministros está para ser votada há dois dias, sem quórum, e ficará para depois dos feriados, dia 5 de abril.

O deputado Fernando Santana (PCB-BA) de 72 anos, até agora não faltou sequer a uma sessão ou votação, e se mostra revoltado com a irresponsabilidade dos colegas. "Hoje faltaram mais de 200. Não surpreende que o Legislativo esteja tão desprestigiado", frisou o parlamentar.

Em sua opinião, os faltosos deviam perder o mandato.

"Nessas horas só dá quórum no aeroporto, para nossa desgraça", comentou o deputado Jorge Hage (PMDB-BA), outro assíduo frequentador do plenário e também revoltado com o descaso dos companheiros. Véspera de fins de semana e feriados, os constituintes já vão para a sessão com as maletas prontas e os gabinetes fechados, e zarpam do plenário direto para o aeroporto. Se fosse o caso de fazer economia de combustível, poderiam ir junto nos ônibus escolares da Câmara, sob os olhares zangados do mestre Ulysses.

Correções, só com uma comissão.

O senador José Fogaça (PMDB-RS) entregou à Mesa da Constituinte projeto de resolução propondo a criação de uma comissão revisora dos capítulos I e II do Título 4, que trata do sistema de governo, "para corrigir a absoluta irracionalidade da emenda Humberto Lucena que implantou um regime presidencialista em que as regras são parlamentaristas". Na opinião de Fogaça, não há como o relator Bernardo Cabral promover os ajustes do texto porque o regimento interno da Constituinte não permite, a não ser através de projeto de resolução aprovado por maioria simples do plenário pela qual fosse dado ao relator ou à comissão revisora tal competência.

A sugestão de Fogaça foi discutida durante reunião dos parlamentaristas realizada na manhã de ontem, da qual participaram os constituintes Mário Covas, Nelson Carneiro, Vilson Souza, José Richa, José Serra, Egídio Ferreira Lima, entre outros. Vilson Souza, Richa e Serra concordaram com a proposta, mas Egídio, Nelson Carneiro e Covas, embora fossem simpáticos à idéia, acham que a solução de adequação do projeto apresentado "deve ficar por conta dos presidencialistas que criaram o monstro".

"Não há solução técnica para esta emenda aprovada, já que não há emendas nem destaques que possibilitem um ajuste

te", ressaltou Fogaça, nem por via de acordo, nem por decisão do presidente da Constituinte, nem por fusão de emendas. Disse ainda que, pelo regimento, o relator não pode fazer propostas novas para que a adequação ficasse correta. Por isso, ele quer a implantação da comissão, que seria composta por sete membros: o relator e mais seis outros constituintes designados por Ulysses Guimarães, após consulta às lideranças dos partidos, já que contaria com representação de todos. A comissão teria o prazo de 72 horas para apresentar seu trabalho, com mais 24 horas para os destaques, e votada a matéria em plenário, a comissão seria dissolvida. Fogaça lembrou ainda que os trabalhos da comissão não trariam qualquer prejuízo para o andamento da Constituinte, que funcionaria paralelamente.

O senador Fogaça explicou que esta comissão revisora não é uma idéia pioneira. Segundo ele, tal trabalho já foi realizado em 1934, durante a elaboração da Carta daquela época. Comissão semelhante foi implantada também pela Assembleia Nacional Constituinte de Portugal. Através desse projeto de resolução, alertou Fogaça, será a única forma de se promover a compatibilização da emenda Lucena a um modelo equilibrado e funcional, que será necessário ao País.

MILITARES Golpe, não. Só um exercício de pressão.

As Forças Armadas não prepararam qualquer esquema golpista para evitar a aprovação do parlamentarismo e do mandato de quatro anos. Para os ministros militares, o que ocorreu foi um exercício de pressão legítimo, também realizado por outros segmentos da sociedade. Ao falarem ontem sobre a atuação dos ministros, militares das três forças, afirmaram que cabe às Forças Armadas uma parcela de responsabilidade na garantia da estabilidade institucional, até porque a transição política foi iniciada com o apoio das instituições militares.

O brigadeiro Paulo Costa, da reserva, afirmou que a interferência militar nas questões político-institucionais não foi dirigida por um golpe, que o País não aceitará. O ex-ministro da Marinha, almirante Maximiliano da Fonseca, disse que um plano de golpe poderia fracassar nos próprios quartéis.

Três oficiais do Alto-Comando afirmaram que é ingenuidade identificar a posição que as Forças Armadas assumiram com relação à proposta de eleição presidencial este ano com a preparação de um golpe. Um desses oficiais argumentou: "Um golpe não se prepara de uma hora para outra".

A informação publicada pelo Jornal da Tarde, no dia 14 último, de que o presidente Sarney poderia renunciar se a Constituinte reduzisse seu mandato, foi confirmada por analistas militares. O plano dos ministros militares não era golpista, mas se a Constituinte decidisse desafiá-los, eles primeiro aguardariam o País se aprofundar no "estado de ingovernabilidade", para então assumirem posições de acordo com a conjuntura, e não precipitar a quebra da legalidade.

Em 1984, como o próprio general Octávio Costa e o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, reconheceram, houve conspirações contra a redemocratização. Um oficial afirma, em livro que está escrevendo, que o então presidente Figueiredo pretendia continuar no cargo por um ou dois anos.

Mas não houve, por trás das pressões dos ministros militares contra a eleição presidencial este ano, preparação nos quartéis para um golpe. A não ser que tal golpe fosse dado sem as garantias do Rio e São Paulo, basicamente através de ordens dos ministros militares. Esse seria um golpe totalmente inviável, segundo o almirante Maximiano e outros analistas.

Um político fluminense com grandes ligações militares, principalmente com a elite da tropa mais chegada ao ex-presidente Geisel, confirmou ontem, no Rio, que as Forças Armadas tinham pronto um documento de repúdio ao parlamentarismo e que "ainda mantém um outro, contra a realização de eleições este ano". E acrescentou: "Não acredito em ameaça de junta militar, mas tenho certeza de que haveria um grande impasse se o parlamentarismo fosse aprovado. Como sei que tudo se repetirá, caso os cinco anos para Sarney forem derrotados".

"É necessário que Sarney comece a governar e que pelo menos forme um Ministério eficiente. Não basta demitir os Ulyssistas que estariam lhe atrapalhando. É preciso sobretudo chamar gente competente."